

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.161 - SP (2019/0301943-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : ADRIANO ROBERTO COSTA
ADVOGADO : ADRIANO ROBERTO COSTA - SP233286
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : AGNALDO RIOS DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de AGNALDO RIOS DOS SANTOS no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2178775-42.2019.8.26.0000).

De acordo com os autos, o Juízo de primeiro grau "*converteu a prisão flagrancial do paciente em preventiva e determinou a inversão da ordem de oitiva das partes no processo de n. 1500010-33.2019.8.26.0283, em que ele foi denunciado como incurso no artigo 155, §§ 1º e 4º, incisos I e IV, do Código Penal (furto noturno duplamente qualificado)*" - e-STJ fl. 453.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* no Tribunal *a quo*, que, por maioria, denegou a ordem em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 452):

HABEAS CORPUS. FURTO NOTURNO DUPLAMENTE QUALIFICADO. NULIDADE DECORRENTE DE REALIZAÇÃO DA OITIVA DO OFENDIDO APÓS INTERROGATÓRIO DOS ACUSADOS. NÃO RECONHECIMENTO. Pedido de nulidade do processo uma vez que a oitiva do ofendido ocorreu após o interrogatório dos acusados, por meio de cartas precatórias. Impossibilidade. Expedição de precatória que não suspende o curso da ação penal. Exegese dos artigos 400, *caput*, e 222, §1º, do Código de Processo Penal. Precedentes. Ademais, não evidenciado qualquer prejuízo ao acusado. Não acolhimento.

REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. IMPOSSIBILIDADE. 1. Presença dos requisitos e pressupostos da prisão processual. Cabimento da prisão preventiva. Fundamentação idônea na origem. Imputação de furto noturno duplamente qualificado. Crime doloso com pena máxima superior a quatro anos. Gravidade concreta do delito imputado ao paciente e risco que a sua liberdade traz à persecução penal e ao meio social. Elementos concretos, em especial a reincidência e a informação de conversão de pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, indicativos de que a soltura do paciente colocará em risco a ordem pública. 2.

Superior Tribunal de Justiça

Insuficiência, ao menos por ora, da imposição de medidas de contracautela diversas (artigo 319 do CPP). 3. Demais questões que se relacionam ao mérito, inviável o seu exame nos estreitos limites deste *writ*. 4. Impetração conhecida parcialmente e, na parte conhecida, denegada a ordem.

Nesta instância, sustenta que o decreto prisional proferido em desfavor do paciente carece de fundamentação idônea, baseando-se em meras conjecturas, além de haver desproporcionalidade na imposição da medida extrema em caso de uma futura condenação.

Também alega haver nulidade decorrente do fato de ter ocorrido a inversão dos depoimentos das testemunhas de acusação com os interrogatórios dos réus (e-STJ fl. 10).

Nesse contexto, requer, em liminar, a soltura do paciente, ainda que mediante a aplicação de medidas cautelares diversas do cárcere, além da suspensão do feito na origem, até que se julgue o mérito da presente impetração.

Ao final, pugna pela concessão definitiva da liberdade e anulação da ação penal "*desde o interrogatório do Paciente, realizado no dia 13/08/2019, determinando-se novo interrogatório somente no final do depoimento de todas as testemunhas, expedindo-se alvará de soltura por consequência*" (e-STJ fl. 14).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo a presença do *fumus boni iuris* hábil a justificar o deferimento da tutela de urgência pleiteada. Afinal, a apontada ilegalidade na imposição da prisão preventiva não se mostra de plano configurada, porquanto foram mencionados fatos concretos no decreto prisional que podem indicar a necessidade da custódia para a garantia da ordem pública, devido ao risco de reiteração delitiva.

Ademais, a ocorrência de nulidade não exsurge dos autos com a clareza

Superior Tribunal de Justiça

suscitada pela defesa. Nessa linha: AgRg no AREsp n. 1.490.745/SP, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/8/2019, DJe 2/9/2019, e AgRg no REsp n. 1.544.463/RN, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/2/2016, DJe 25/2/2016.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de medida liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – bem como o envio de cópia de eventuais decisões sobre pedidos de revogação da prisão preventiva – e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, **senha para acesso** aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, conceda-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator